

# Lei salarial pode sair antes mesmo da LDO

Ontem, o Congresso Nacional interrompeu seu recesso para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme determinou em liminar o Supremo Tribunal Federal. Sem quórum, a votação não aconteceu, mas a oposição tramou uma ardilosa manobra regimental. Contra a vontade do presidente Nelson Carneiro, a Mesa do Senado resolveu também interromper o seu recesso para — em sessão marcada para 14h30 desta segunda — votar projeto de lei salarial que a Câmara já aprovou na semana passada. A decisão foi tomada pelo 1º vice-presidente Iram Saraiva (PDT-GO), 2º vice Alexandre Costa (PFL-MA), 1º secretário Mendes Canale (PMDB-MS) e 3º secretário Pompeu de Souza (PSDB-DF). “O Legislativo só vai enganar o trabalhador”, protestou Nelson Carneiro, argumentando que a indexação proposta nesse projeto será vetada integralmente pelo presidente Collor. A proposta prevê reajuste mensal automático pelo IPC até cinco salários mínimos, e trimestral até dez mínimos, além de gatilho quando a inflação superar 5%.

“Não tem sentido apressar a discussão da política salarial”, observou o senador Ney Maranhão (PRN-PE), citando as previsões oficiais de que a inflação vai cair para 5% em agosto e 3% em setembro. Nesse contexto, a indexação representaria um desastre. De todo modo, a proximidade das eleições de outubro excita políticos em campanha, certos de que indexar salários rende votos.

“Ninguém sabe o que é LDO, mas todos sabem o que é seqüestro e lei salarial”, disparou, da tribuna, em uma agitada



José Paulo Lacerda/AE

*Carneiro, contra a votação da lei salarial.  
“Já fiz mais pelos trabalhadores que todos vocês juntos”.*

sessão, o deputado Álvaro Vale (PL-RJ). Já o senador Mário Covas (PSDB), candidato a governador de São Paulo ocupou a tribuna para justificar sua ausência na sessão, de sábado passado, convocada para votação do projeto de lei salarial. O próprio Nelson Carneiro lhe garan-

tira, um dia antes, que não haveria votação. Agora Covas se diz vítima de uma campanha de seus adversários em São Paulo que o acusam de estar ignorando a situação salarial dos trabalhadores, relata o repórter Raymundo Costa, da AE.

O tiroteio era mais pesado

entre os parlamentares em campanha no Rio de Janeiro. Sucessivamente, o líder do PDT na Câmara, deputado Doutel de Andrade, e outros pedetistas ocuparam o microfone de apartes para acusar Nelson Carneiro de “inimigo público número um dos trabalhadores”. O presiden-

te do Congresso, candidato a governador do Rio, rebatia: “Já fiz mais pelos trabalhadores do que todos vocês juntos”. Pela manhã, aliás, eles já haviam trocado tiros quanto Doutel de Andrade, acompanhado do deputado Miro Teixeira também do PDT do Rio foram ao gabinete da presidência:

— O que vocês ainda querem comigo?

— Viemos procurar o presidente do Congresso que, por acaso, é V. Excelência — respondeu o deputado carioca.

Nesse clima, a discussão continuou, presenciada pelo presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), e pelo deputado Ulysses Guimarães, segundo relato do repórter Flamarion Mossri, da AE. O senador, então, disse que o líder do PDT o tinha agravado dentro e fora do Parlamento. Doutel rebateu, já nervoso e aos brados, que realmente havia divulgado uma nota criticando a atitude do senador de ter devolvido a LDO ao governo sem votação do Con-

gresso. Fora do gabinete, Doutel ainda disparou: “O senador está gagá”. Com as preocupações voltadas para o projeto de lei salarial, os líderes do PFL, senador Marco Maciel (PE), do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA) e também o vice-presidente do Senado, Alexandre Costa (PFL-MA) anunciaram que votarão a favor. “Se o presidente da República não concordar poderá vetar”, disseram.

Também a Câmara interromperá seu recesso e voltará a realizar sessões ordinárias a partir de segunda-feira. A decisão foi tomada pelo presidente, deputado Paes de Andrade, com o apoio do deputado Ulysses Guimarães. “Vamos aprovar os projetos relevantes”, anunciou o presidente da Câmara. O prosseguimento das sessões foi defendido sob o argumento de se “evitar o agravamento do quadro interno do Congresso”. Desse modo, senadores e deputados voltam a trabalhar, sem ganhos salariais adicionais, porque não há recesso. Na terça-feira, a LDO volta à apreciação dos parlamentares das duas Casas, conjuntamente. O projeto, já aprovado na Comissão Mista, omite-se em relação ao refinanciamento, pela União, das dívidas de Estados e Municípios. A decisão foi adiada para depois das eleições de outubro, quando o Congresso votará a Lei Orçamentária de 1991. Os membros da comissão tomaram essa iniciativa pressionados pelos governos dos Estados, a maioria do PMDB, hoje na oposição. Se o refinanciamento das dívidas que vencerão em 1991 — aproximadamente US\$ 3,4 bilhões — ocorrer nos limites atuais, Estados e Municípios deixarão de pagar algo em torno de US\$ 1,8 bilhão.